

STJ00096952

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUCSP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

RESPONSABILIDADE CIVIL

15ª edição

2014

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

177.639.015.001

962543

ISBN 978-85-02-20633-5

Gonçalves, Carlos Roberto

Responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. — 15. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Responsabilidade (Direito) 2. Responsabilidade (Direito) - Jurisprudência - Brasil I. Título.

CDU-347.51

Índice para catálogo sistemático:

1. Responsabilidade civil: Direito civil 347.51

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Sirlene Miranda de Sales

Produtora editorial Clárisa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Rita de Cássia Quairoz Gorgati

Claudete da Fonseca Rebelo

Ivone Rufino Calabria

Serviços editoriais Camila Artoli Loureiro

Kelli Priscila Pinto

Capa Andrea Vilela de Almeida

Foto Fredrich Cantor/Photonica

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão Assahi Gráfica

Acabamento Assahi Gráfica

Data de fechamento da edição: 24-7-2013

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

| ÍNDICE

<i>Prefácio à 7ª edição</i>	7
<i>Prefácio à 6ª edição</i>	9
<i>Prefácio à 5ª edição</i>	11

| Livro I

Ideias Gerais sobre a Responsabilidade Civil |

1. Introdução	45
2. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento	47
3. Culpa e responsabilidade	50
4. Imputabilidade e capacidade	52
4.1. A responsabilidade dos amentais	52
4.2. A responsabilidade dos menores	56
5. Responsabilidade civil e responsabilidade penal	57
6. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	59
7. Responsabilidade contratual e extracontratual	62
8. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei)	64
9. Responsabilidade nas relações de consumo	65
10. Pressupostos da responsabilidade civil	66

| Livro II

Elementos Essenciais da Responsabilidade Civil |

TÍTULO I

Ação ou Omissão do Agente

CAPÍTULO I

Responsabilidade Extracontratual

Seção I

Responsabilidade por ato próprio

1. Ação ou omissão: infração a um dever	70
---	----

2. Ato praticado contra a honra da mulher	71
3. Calúnia, difamação e injúria	72
3.1. Ofensa divulgada pelos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão etc.)	74
3.2. Ofensa moral em programa de rádio	76
3.3. Fato ocorrido em programa de televisão	76
3.4. Danos morais e materiais decorrentes de publicação jornalística	76
3.5. Legitimidade passiva da empresa jornalística	77
3.6. Veiculação de notícia verdadeira	77
3.7. Republicação de fotografia humilhante, para fins publicitários	77
3.8. Publicação ostensiva tachando policial, posteriormente inocentado, de ladrão	77
3.9. Divulgação pela imprensa de fatos constantes de inquérito policial	78
3.10. Troca de acusações pela imprensa	78
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga	78
4.1. Cobrança excessiva, mas de boa-fé	80
4.2. Protesto indevido de título	81
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito	81
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado	84
6.1. Rompimento de noivado com casamento já agendado	88
6.2. Rompimento de noivado com convites para o casamento já distribuídos, estando a noiva grávida	89
6.3. Rompimento injustificado pelo réu, casando-se imediatamente com outra	89
6.4. Rompimento de noivado em circunstâncias injuriosas à honra da mulher	89
6.5. Improcedência da ação de indenização por rompimento de noivado	89
6.6. Rompimento de namoro. Descabimento de indenização por danos morais e materiais	89
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável	90
8. Responsabilidade civil entre cônjuges	98
8.1. Ações de divórcio e de indenização: independentes, mas podem ser cumuladas	102
8.2. Esposa que pratica adultério e registra filho extraconjugal em nome do marido	102
8.3. Inexistência da obrigação de indenizar por parte do cúmplice no adultério	103
8.4. Adultério e responsabilidade civil	103

9.	Responsabilidade civil por dano ecológico (ambiental).....	104
9.1.	O direito ambiental.....	104
9.2.	A responsabilidade civil por dano ecológico.....	105
9.3.	A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior.....	107
9.4.	Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos.....	107
9.5.	A reparação do dano ambiental.....	109
9.5.1.	Dano causado por desmatamento de mata natural Atlântica em propriedade particular.....	112
9.5.2.	Preexistência de elemento poluidor no local.....	112
9.5.3.	Danos causados por deslizamento de morro em virtude das chuvas.....	112
9.5.4.	Ação civil pública proposta pelo Ministério Público.....	112
9.5.5.	Dano ao meio ambiente provocado por depósito de lixo.....	112
9.5.6.	Pedido de transferência de instalações de empresa poluidora.....	113
9.5.7.	Comércio de aves silvestres.....	113
9.5.8.	Denúncia da lide.....	113
9.5.9.	Ausência dos requisitos para a concessão de medida liminar.....	113
9.5.10.	Extermínio de aves de pequeno porte.....	114
9.5.11.	Ação civil pública: competência e solidariedade passiva.....	114
9.5.12.	Poluição industrial.....	114
9.5.13.	Lançamento de produtos tóxicos em rio.....	114
9.5.14.	Rompimento de duto.....	114
10.	Responsabilidade civil por dano atômico.....	114
11.	Violação do direito à própria imagem.....	117
11.1.	Publicação ou uso de fotografia, não autorizados.....	119
11.2.	Imagem veiculada em programa de televisão.....	120
11.3.	Uso comercial, não autorizado, de fotografia.....	120
11.4.	Reprodução desautorizada de fotografia, sem, porém, ofensa à imagem.....	121
11.5.	Exposição de defeitos físicos de entrevistado, contra a sua vontade.....	121
11.6.	Publicação de notícia ofensiva à imagem, porém de interesse público.....	122
12.	A AIDS e a responsabilidade civil.....	122
12.1.	Responsabilidade do hospital em virtude de morte causada por transfusão de sangue contaminado.....	123
12.2.	Responsabilidade civil do Estado.....	124
12.3.	Inexistência do nexo de causalidade.....	124
12.4.	Auxiliar de enfermagem que alega ter sido contaminado pelo vírus da AIDS.....	124

12.5. Não contratação de candidato a emprego considerado “apto” em processo seletivo.....	125
12.6. Resultado falso de exame realizado por laboratório.....	125
12.7. Invasão de privacidade.....	125
13. Responsabilidade civil na Internet.....	125
13.1. O comércio eletrônico	125
13.2. A responsabilidade civil	126
13.3. Ofensa aos direitos autorais na divulgação de obra pela Internet.....	130
13.4. Validade de certidão negativa, para fins de inventário, obtida por meio da Internet.....	130
13.5. Bloqueio dos <i>sites</i> , com prejuízo concreto à parte contrária. Inadmissibilidade.....	130
13.6. Tutela antecipada para sustar o uso de nome de domínio na Internet.....	131
13.7. Tutela antecipada para suspender os efeitos de registro de nome empresarial na Internet	131
13.8. Dano moral provocado por mensagens ofensivas da honra divulgadas na Internet.....	131
14. Responsabilidade civil no esporte profissional e nas atividades de lazer.....	131
14.1. Álbum de figurinhas comercializado sem autorização do jogador. Exploração indevida da imagem.....	134
14.2. Utilização da imagem do atleta, sem autorização	134
14.3. Dano sofrido por jogador durante partida futebolística.....	134
14.4. Morte de atleta durante atividade esportiva.....	134
14.5. Horas extras: não devidas pelo período de concentração do jogador de futebol.....	135
14.6. Liberação do passe do atleta em virtude de mora salarial	135
14.7. Reparação de danos sofridos pelo torcedor	135
14.8. Responsabilidade das academias de ginástica.....	135

Seção II

Responsabilidade por ato ou fato de terceiro

1. Disposições gerais. Presunção de culpa.....	138
2. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil	140
2.1. Responsabilidade solidária do anestesista e do cirurgião-chefe, quando houver relação de subordinação	141
2.2. Responsabilidade solidária do pai pelos filhos menores	142
2.3. Responsabilidade solidária do preponente por ato do preposto	142
3. Responsabilidade dos pais	142

3.1.	Cumulação de responsabilidade paterna com a responsabilidade de terceiros	144
3.2.	Emancipação concedida pelos pais	145
3.3.	Ilegitimidade passiva do genitor que não tem a guarda do filho	146
3.4.	Ilegitimidade passiva dos pais, quando terceiro é responsável pelo menor	147
3.5.	Responsabilidade por ato de filho maior	148
3.6.	Responsabilidade solidária dos pais e de terceiro	148
3.7.	Afastamento da responsabilidade do genitor que não detinha a guarda de filho menor	149
3.8.	Responsabilidade dos pais por ato ilícito praticado pelo filho menor.....	149
3.9.	Necessidade da demonstração de culpa do menor, para a configuração da responsabilidade dos pais	149
3.10.	Menor atingido por tiro de revólver disparado por outro menor	150
4.	Responsabilidade dos tutores e curadores	150
5.	Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos	151
5.1.	Conceito de empregado, serviçal e preposto	151
5.2.	Responsabilidade presumida, <i>juris et de jure</i>	152
5.3.	Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente	154
5.4.	Responsabilidade do condomínio por ato de preposto	156
5.5.	Sentença penal condenatória do empregado.....	157
5.6.	Responsabilidade do preponente por ato de seu preposto	157
5.7.	Responsabilidade do <i>shopping center</i> por crime praticado por empregado fora do horário de trabalho	157
5.8.	Solidariedade passiva entre os causadores do dano.....	157
5.9.	Responsabilidade do hospital por erro médico de seu preposto.....	157
5.10.	Responsabilidade de empresa de assistência médica por ato cometido por médico credenciado.....	158
5.11.	Responsabilidade da empresa terceirizada e da contratante.....	158
5.12.	Responsabilidade do dono, ainda que o preposto não estivesse autorizado a dirigir o veículo.....	159
5.13.	Responsabilidade do dono, mesmo quando o veículo tenha sido usado pelo preposto sem autorização e fora do horário de trabalho.....	159
5.14.	Denúncia da lide ao empregado. Inadmissibilidade.....	159
5.15.	Empregado que não é motorista da empresa, mas mero funcionário do setor de empacotamento	160
5.16.	Responsabilidade de frota de táxi por roubo de passageiro praticado pelo motorista	160

6. Responsabilidade dos educadores.....	160
6.1. A responsabilidade das escolas públicas	163
6.2. Ação regressiva do estabelecimento de ensino contra os pais dos alunos.....	164
6.3. A prática de <i>bullying</i> nas escolas: responsabilidade do educador ou dos pais?	164
6.4. Responsabilidade do educador por educando maior de idade.....	166
7. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros	167
8. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime	169
9. Responsabilidade dos farmacêuticos	169
9.1. Responsabilidade civil por danos causados por remédios.....	170
9.2. Responsabilidade no fornecimento de medicamentos genéricos	171
10. Responsabilidade civil dos empresários individuais e das empresas pelos produtos postos em circulação.....	172
11. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público.....	173
11.1. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva	173
11.2. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição de 1988	177
11.2.1. Jurisprudência sobre a responsabilidade das concessionárias de serviço público	180
11.2.2. Jurisprudência sobre a responsabilidade das permissionárias de serviço público	180
11.3. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes.....	181
11.3.1. Morte de filho menor em creche municipal	186
11.3.2. Buracos na via pública, sem a devida sinalização.....	186
11.3.3. Tentativa de assalto a usuários do metrô, com morte.....	186
11.3.4. Danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais	186
11.3.5. Morte de detento, na prisão.....	187
11.3.6. Insuficiência de iluminação pública no local do sinistro	188
11.3.7. Furto de veículo em logradouro público. Parqueamento	188
11.3.8. Veículo vistoriado apreendido posteriormente por ser objeto de furto	188
11.3.9. Dano causado por presidiário foragido da prisão.....	188
11.3.10. Danos ocasionados por instituição financeira.....	188
11.3.11. Invasão de propriedade particular por integrantes do MST	189
11.3.12. Morte de menor, em comemoração promovida por delinquentes	189

11.3.13. Servidor baleado em Fórum	189
11.3.14. Professora agredida fisicamente por aluno	189
11.4. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário.....	189
11.5. Denúncia da lide ao funcionário ou agente público.....	192
11.6. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos	196
11.7. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público	198
11.7.1. Incêndio em casa de <i>shows</i>	198
11.7.2. Preso colocado em regime semiaberto que volta a delinquir.....	198
11.7.3. Defeito de semáforo	198
11.7.4. Falta de sinalização em pista rodoviária	198
11.7.5. Perdas e danos resultantes de enchentes	198
11.7.6. Veículo atingido por ponte ruída	199
11.7.7. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública.....	199
11.7.8. Responsabilidade solidária do Estado e de empreiteira	199
11.7.9. Cassação de alvará de licença	199
11.7.10. Bueiro indevidamente destampado	199
11.7.11. Irregular expedição de títulos de propriedade	200
11.7.12. Abuso de autoridade.....	200
11.7.13. Homicídio praticado por policial militar, contratado para zelar pela segurança de festa de casamento	200
11.7.14. Dano causado por disparo de arma de fogo de policial em tumulto público.....	200
11.7.15. Violência sexual sofrida por enferma no hospital psiquiátrico em que estava internada.....	200
11.7.16. Desistência de desapropriação	201
11.8. Dano resultante de força maior.....	201
11.8.1. Danos causados por enchentes. Força maior.....	201
11.8.2. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública. Vendaval. Força maior.....	201
11.8.3. Desmoronamento de aterro	202
11.9. Culpa da vítima.....	202
11.9.1. Culpa da vítima. Teoria do risco administrativo	202
11.9.2. Morte em tiroteio com a polícia, iniciado pela vítima	202
11.9.3. Culpa concorrente da vítima. Redução da indenização	202
11.9.4. Travessia de avenida sem se utilizar da passarela para pedestre. Culpa exclusiva da vítima	203
11.10. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano.....	203

11.10.1. Vítima de bala perdida	203
11.10.2. Danos causados por obra pública	203
11.10.3. Lesão sofrida por aluno em aula de educação física	204
11.10.4. Vítima fatal de bala perdida, atingida enquanto assistia a um jogo de futebol em estádio público	204
11.10.5. Dano causado por tombamento de imóvel	204
11.11. Responsabilidade do Estado por atos predatórios de terceiros e movi- mentos multitudinários	204
11.11.1. Atos depredatórios praticados pela multidão enfurecida	206
11.11.2. Depredação. Danos causados à propriedade privada	206
11.11.3. Responsabilidade civil do Estado, desde que provada a sua omissão.....	207
11.11.4. Atuação ineficiente da polícia	207
11.12. Responsabilidade civil do Estado decorrente de bala perdida.....	207
11.13. Responsabilidade do Estado por atos judiciais.....	210
11.13.1. Atos judiciais em geral.....	210
11.13.2. Erro judiciário	213
11.13.3. Ação direta contra o juiz	216
11.13.4. Responsabilidade civil do promotor de justiça	216
11.13.5. Prisão provisória. Absolvição posterior	218
11.13.6. Réu preso preventivamente e absolvido por insuficiência de provas	218
11.13.7. Excesso de prisão	218
11.13.8. Erro judiciário. Prisão indevida.....	219
11.13.9. Peticionário que, usando vários nomes, contribuiu para a con- fusão havida e da qual resultou sua prisão	219
11.13.10. Requisição de abertura de inquérito policial.....	219
11.13.11. Remessa de cópias de processo ao Ministério Público	220
11.13.12. Condenação em lugar de outrem. Confusão com outra pessoa.....	220
11.13.13. Réu absolvido em processo-crime por não terem sido bem evi- denciadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos.....	220
11.13.14. Responsabilidade civil do juiz.....	220
11.13.15. Erro judiciário. Indenização por danos materiais e morais	221
11.13.16. Responsabilidade civil do Estado em razão da morosidade judicial – Indenização indevida.....	221
11.14. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	221
11.14.1. Danos causados por lei inconstitucional	222

11.14.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita	222
11.14.3. Imunidade parlamentar.....	224
11.14.4. Deputado estadual. Ato praticado no exercício do mandato	224
11.14.5. Vereador. Ato praticado no exercício do mandato.....	225
11.14.6. Deputado federal licenciado e no exercício das funções de Ministro de Estado. Inviolabilidade	225
12. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano.....	225

Seção III

Responsabilidade pelo fato da coisa

1. Da responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro.....	230
1.1. Responsabilidade do dono do veículo que o empresta a terceiro	233
1.2. Danos causados por queda de árvore.....	234
1.3. Danos causados em via pública por instalações de concessionária de serviços elétricos	234
1.4. Uso indevido de automóvel por faxineiro de condomínio.....	234
1.5. Incêndio ocasionado em propriedade vizinha. Responsabilidade do proprietário	234
2. Responsabilidade pela ruína do edifício	234
2.1. Deslizamento de área pertencente ao réu	236
2.2. Queda de elevador	237
2.3. Queda de veneziana de unidade condominial sobre veículo estacionado	237
2.4. Desabamento de prédio	237
2.5. Danos decorrentes de construção. Responsabilidade objetiva	237
2.6. Queda de muro	237
3. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (<i>effusis e dejectis</i>) que caírem em lugar indevido.....	238
3.1. Bomba lançada de apartamento, durante festejos.....	241
3.2. Objeto caído de obra em construção	241
3.3. Queda de árvore em logradouro público	241
3.4. Arremesso de objeto sobre prédio vizinho. Impossibilidade para certos condôminos	242
3.5. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do proprietário	242
3.6. Veículo atingido por peça que se desprende de ônibus	242
4. Privação da guarda e responsabilidade	242
5. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa.....	245

6. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural	251
7. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos.....	252
8. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	253
9. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária	256

Seção IV

Responsabilidade pelo fato ou guarda de animais

1. A responsabilidade objetiva do art. 936 do Código Civil.....	257
2. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova	260
3. Danos causados por mordida de cão feroz	260
4. Animal em rodovia	261
5. Invasão de propriedade por gado	263

CAPÍTULO II

Responsabilidade Contratual

Seção I

A responsabilidade decorrente dos transportes

1. O contrato de adesão.....	264
2. Responsabilidade civil dos transportadores.....	265
2.1. Contrato de transporte – Disposições gerais	267
2.2. O transporte de pessoas	267
2.2.1. O transporte terrestre.....	270
2.2.1.1. Transporte ferroviário	276
2.2.1.1.1. Queda de trem. “Surfismo ferroviário”.....	276
2.2.1.1.2. Viagem no estribo. Indenização.....	276
2.2.1.1.3. “Pingente” acidentado. Indenização	276
2.2.1.1.4. Queda do passageiro ao saltar do trem ainda em movimento	277
2.2.1.1.5. Acidente ocasionado por falha no sistema do transportador	277
2.2.1.1.6. Queda da plataforma em razão de tumulto causado pela	
multidão	277
2.2.1.1.7. Movimentação do trem com porta aberta	278
2.2.1.1.8. Transporte de passageiro. Cláusula de incolumidade	278
2.2.1.1.9. Fato de terceiro estranho ao transporte	278
2.2.1.1.10. Responsabilidade objetiva do transportador	278
2.2.1.1.11. Perda parcial da carga transportada por mais de uma	
ferrovia.....	279
2.2.1.1.12. Abalroamento de veículo em via férrea. Culpa concor-	
rente	279

2.2.1.1.13. Atropelamento de pedestre ao atravessar o leito da ferrovia	279
2.2.1.1.14. Beneficiários da vítima que ingressam com ações distintas. Admissibilidade	279
2.2.1.1.15. Passageiro de trem prensado pela porta do vagão ao nele pretender ingressar	279
2.2.1.2. Transporte em ônibus	280
2.2.1.2.1. Responsabilidade objetiva da empresa de transportes	280
2.2.1.2.2. Colisão envolvendo dois veículos. Fato de terceiro	280
2.2.1.2.3. Passageira importunada no interior de ônibus. Responsabilidade da transportadora. Dano moral	280
2.2.1.2.4. Desaparecimento, no interior de ônibus, de pasta pertencente ao passageiro	280
2.2.1.2.5. Explosão de pacote contendo artefatos pirotécnicos dentro de ônibus. Responsabilidade da transportadora	281
2.2.1.2.6. Ônibus de excursão. Morte de passageiro	281
2.2.1.2.7. Acidente de trânsito. Culpa exclusiva da vítima	281
2.2.1.2.8. Abertura de porta com o ônibus ainda em movimento	281
2.2.1.2.9. Acidente. Solavanco do veículo. Indenização devida	281
2.2.1.2.10. Passageiro de ônibus enlouquecido. Agressão ao motorista	282
2.2.1.2.11. Fato de terceiro equiparado a caso fortuito	282
2.2.1.2.12. Incêndio do veículo. Danos ao passageiro	282
2.2.1.2.13. Indenização. Responsabilidade objetiva. Necessidade da prova do dano	282
2.2.1.2.14. Ônibus incendiado por vândalos. Queda de passageira	282
2.2.1.3. Transporte rodoviário	283
2.2.1.3.1. Transporte de mercadoria. Roubo de carga durante o trajeto do veículo	283
2.2.1.3.2. Mercadoria avariada durante o transporte	283
2.2.1.3.3. Mercadoria extraviada	283
2.2.1.3.4. Mercadoria furtada	283
2.2.1.3.5. Mercadoria roubada de veículo estacionado à noite em via pública	283
2.2.1.3.6. Transporte de caixa não lacrada. Entrega aberta, com danos na mercadoria nela contida	284
2.2.1.3.7. Malote bancário. Indenização devida em caso de assalto	284
2.2.2. O transporte aéreo	284
2.2.2.1. Extravio de bagagem	287
2.2.2.2. Extravio de mercadoria	288

2.2.2.3. Atraso de voo	289
2.2.2.4. Antecipação de voo sem comunicação aos passageiros.....	290
2.2.2.5. Voo internacional fretado. Indenização por má prestação de serviços.....	290
2.2.2.6. Substituição de passagem de classe executiva por classe econômica de outra companhia aérea.....	290
2.2.2.7. <i>Overbooking</i> . Dano moral.....	290
2.2.2.8. Apuração das causas em acidente. Não fluência do prazo prescricional	290
2.2.2.9. Culpa grave da companhia aérea caracterizada.....	291
2.2.2.10. Serviço de entrega rápida. Entrega não efetuada no prazo contratado.....	291
2.2.2.11. Transporte sucessivo. Responsabilidade solidária da empresa brasileira.....	291
2.2.3. O transporte marítimo	291
2.2.3.1. Extravio de mercadoria	294
2.2.3.2. Mercadoria avariada.....	295
2.2.3.3. Competência. Foro de eleição	295
2.2.3.4. Cláusula limitativa de responsabilidade.....	295
2.2.3.5. Vistoria a destempo. Não responsabilidade da transportadora ...	295
2.2.3.6. Desnecessidade de protesto e vistoria.....	296
2.3. O transporte de bagagem	296
2.4. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador	297
2.4.1. O fortuito e a força maior.....	298
2.4.2. Transporte aéreo e indenização tarifada.....	300
2.5. O transporte de coisas.....	304
2.6. O transporte gratuito.....	305
2.7. A prescrição da pretensão indenizatória.....	310

Seção II

A responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários

1. Natureza jurídica do depósito bancário	312
2. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso.....	313
3. Pagamento com cartões de crédito e saques em caixas eletrônicos e pela Internet.....	317
4. Responsabilidade dos bancos pelo roubo de bens depositados em seus cofres.....	320

5. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor	324
6. Transferência de numerário para conta de terceiro e saque por terceiro, não autorizados pelo correntista	327
7. Abertura de conta corrente com documento falso	327
8. Lançamento indevido de débito em conta corrente	328
9. Indenização por dano moral devida a funcionário usado como refém	329
10. Porta giratória. Travamento. Dano moral	329
11. Cheque extraviado por culpa do banco	329
12. Pagamento de cheque pelo banco após o recebimento de contraordem	330
13. Extravio de título entregue para cobrança	330
14. Banco. Participação de prepostos da agência na prática do ato ilícito	331
15. Contabilização irregular de aplicação em <i>open market</i>	331
16. Abertura de conta corrente sem autorização de correntista. Desvalorização da moeda	331
17. Cheque transferido mediante endosso falso	332
18. Culpa concorrente: obrigação do banco de indenizar cliente autor de operações ilegais	332
19. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes	332

Seção III

A responsabilidade dos médicos, cirurgiões plásticos e cirurgiões-dentistas

1. A responsabilidade dos médicos	336
2. Responsabilidade pela perda de uma chance	340
3. O tratamento médico de risco	341
4. Transfusão de sangue em paciente cuja convicção filosófica ou religiosa não a admite	342
5. A responsabilidade do anestesista	343
6. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia	344
7. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos	344
8. A responsabilidade dos médicos, hospitais, laboratórios e planos de saúde em face do Código de Defesa do Consumidor	347
9. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas e dos médicos veterinários	349
10. A responsabilidade dos hospitais, na jurisprudência	350
10.1. Falha de serviço	350
10.2. Negligência médica. Ferimento malcuidado	351
10.3. Hospital municipal. Legitimidade passiva	351
10.4. Marido da vítima que contraiu novas núpcias. Legitimidade ativa	351

10.5. Negligência do hospital. Inexistência de provas de que empreendeu buscas à localização dos parentes do morto	351
10.6. Infecção hospitalar.....	351
10.7. Morte de paciente após empreender fuga. Culpa não caracterizada.....	352
10.8. Suicídio de paciente. Responsabilidade do hospital.....	352
10.9. Recusa do hospital em receber paciente	352
10.10. Remoção de paciente para outro hospital por meio inadequado	353
10.11. Subtração de recém-nascido. Culpa <i>in vigilando</i> caracterizada	353
10.12. Falha de hospital no tratamento de recém-nascido.....	353
10.13. Hospital público – Erro médico – Prescrição quinquenal	353
11. Intervenção cirúrgica – Jurisprudência	353
11.1. Equipe médica que esquece agulha de sutura no organismo do paciente	353
11.2. Profissional que desconsidera quadro clínico anormal de paciente	353
11.3. Insucesso em intervenção cirúrgica. Inexistência de prova de conduta culposa.....	354
11.4. Cirurgia realizada com imprudência	354
11.5. Indenização – Cirurgia de vasectomia.....	354
12. Erro de diagnóstico – Jurisprudência.....	354
12.1. Dois exames endoscópicos com diagnósticos totalmente diferentes	354
12.2. Evolução do mal, com perda parcial da visão	354
13. Ministração de medicamentos – Jurisprudência	355
13.1. Obrigação de meio e não de resultado.....	355
13.2. Aplicação de droga básica. Culpa não comprovada	355
13.3. Choque alérgico provocado pela aplicação de injeção de analgésico.....	355
14. Danos causados por anestesia – Jurisprudência.....	355
14.1. Choque resultante do uso de anestésico de alto risco.....	355
14.2. Cirurgião e anestesista. Atos destacáveis.....	356
15. Cirurgia plástica. Danos materiais e morais – Jurisprudência.....	356
15.1. Cirurgia estética. Obrigação de resultado.....	356
15.2. Cirurgia estética com resultado diverso do pretendido pelo paciente	357
15.3. Responsabilização do cirurgião, salvo culpa do paciente ou a intervenção de fator imprevisível	357
15.4. Cirurgia estética. Negligência no pós-operatório	357
15.5. Cirurgia plástica. Obrigação de resultado. Inadmissibilidade	357
15.6. Defeitos da cirurgia. Indenização por danos morais e estéticos devida.....	357
16. Nascituro e lesões sofridas durante o trabalho de parto – Jurisprudência	358
16.1. Danos morais. Retardamento do parto	358

16.2. Lesões ao nascituro. Culpa do médico não comprovada.....	358
16.3. Danos físicos irreversíveis, causados durante o trabalho de parto	358
17. Plano de saúde – Jurisprudência	358
17.1. Internação em hospital não conveniado, por falta de vaga	358
17.2. Internação em UTI. Cláusula limitativa de período.....	358
17.3. Falta de clareza na redação de cláusula contratual. Nulidade de pleno direito.....	359
17.4. Convênio de assistência médico-hospitalar. Contrato de adesão. Interpretação contra o estipulante.....	359
17.5. Convênio médico. AIDS. Exclusão. Inadmissibilidade.....	359
17.6. Cirurgia plástica. Exclusão de cobertura.....	359
17.7. Recusa de atendimento a grávida, com quadro abortivo, em razão de prazo de carência	359
17.8. Indenização devida a mulher que teve os seios retirados por erro médico	359
18. Prescrição. Prazo – Jurisprudência	360
19. Cirurgião-dentista: casuística.....	360
19.1. Tratamento odontológico. Obrigação de resultado. Imperícia	360
19.2. Responsabilidade civil odontológica. Nexo causal. Inexistência	361
19.3. Inversão do ônus da prova	361
20. Médico veterinário: casuística	361
20.1. Animal submetido a cesariana.....	361
20.2. Morte de cavalo de raça.....	361
20.3. Morte de animal. Culpa configurada	361

Seção IV

Responsabilidade civil dos advogados

1. Responsabilidade contratual. Obrigação de meio.....	362
2. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	365
3. Inviolabilidade profissional – Jurisprudência	367
4. Desídia do advogado, deixando prescrever a pretensão do cliente – Jurisprudência.....	368
5. Atuação ineficiente – Jurisprudência.....	368
6. Perda de prazo – Jurisprudência	369

Seção V

Responsabilidade civil do fornecedor no Código de Defesa do Consumidor

1. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	370
---	-----

2.	A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	372
3.	A responsabilidade por vício do produto e do serviço	373
4.	As excludentes da responsabilidade civil	376
5.	Defeito em mercadoria ou na prestação de serviços.....	378
5.1.	Vacina contra febre aftosa. Morte dos animais.....	378
5.2.	Bombom com larvas de inseto ingerido por consumidor	378
5.3.	Consumidor que ingere refrigerante com corpo estranho	378
5.4.	Incêndio provocado por defeito de aparelho instalado pelo réu	379
5.5.	Banco. Devolução irregular de cheques por insuficiência de fundos	379
5.6.	Colocação em risco da saúde do consumidor.....	379
5.7.	Produto para tingir cabelos. Provocação de queda	379
6.	Deficiência de informação	379
7.	Defeito em veículo.....	380
7.1.	Veículo novo com defeito de fábrica	380
7.2.	Veículo importado com defeito de fabricação	380
7.3.	Falta de peças de reposição	381
8.	Propaganda enganosa.....	381
8.1.	Responsabilidade do anunciante e do fabricante.....	381
8.2.	Oferta de veículo em estado de novo que, porém, apresenta defeitos graves.....	381
8.3.	Promoção para distribuição de prêmios a título de publicidade. Omissão de informação.....	381
8.4.	Concurso de prognóstico. Inexistência de ofensa ao CDC.....	381
9.	Água – Corte no fornecimento	382
10.	Energia elétrica	382
10.1.	Irregular interrupção do fornecimento do serviço	382
10.2.	Corte de energia elétrica.....	382
11.	Acidente de consumo.....	382
11.1.	Danos provocados por acidentes em supermercado e <i>shopping center</i>	382
11.2.	Danos causados por brinquedo de parque de diversões.....	383
11.3.	Acidente com criança ocorrido em brinquedo infantil localizado em estabelecimento comercial.....	383
11.4.	Explosão de botijão de gás	383
11.5.	Tiroteio entre seguranças de loja e assaltantes	383
11.6.	Cliente de hipermercado, vítima de latrocínio	383
11.7.	Abertura de lata do tipo “abre fácil”. Ferimento na mão esquerda da consumidora	384
12.	Ônus da prova – Inversão.....	384
12.1.	Condição de hipossuficiência técnica, e não econômica.....	384

12.2. Inversão do ônus da prova. Faculdade concedida ao juiz.....	384
13. Rescisão de compromisso de compra e venda.....	384
13.1. Cláusula penal que prevê o decaimento das importâncias pagas pelo compromissário-comprador.....	384
13.2. Perda das prestações pagas. Inadmissibilidade.....	384
14. Negativação do nome em banco de dados	385
14.1. Inadmissibilidade se o débito está sendo questionado em juízo.....	385
14.2. Dano moral. Fixação exagerada do valor da causa.....	385
15. Linha telefônica. Desligamento indevido	385
16. Responsabilização de jornal por prejuízo do leitor. Inadmissibilidade	385
17. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho. Dano moral.....	385

Seção VI

A responsabilidade dos empreiteiros e construtores

1. Contrato de construção	386
2. Construção por empreitada	387
3. Construção por administração	388
4. A responsabilidade do construtor	389
5. Responsabilidade pela perfeição da obra.....	389
6. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	390
7. Responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	392
8. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros.....	393
9. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor)	395
10. Danos a prédio vizinho	395
10.1. Danos provocados por circunstância imponderável e imprevisível.....	395
10.2. Danos decorrentes de inobservância de normas de segurança	396
10.3. Desabamento de edifício em construção	396
10.4. Responsabilidade solidária do proprietário e do construtor	396
10.5. Rachaduras. Nexo causal não comprovado	396
11. Desabamento de edifício recém-construído.....	396
12. Defeitos de solidez e segurança da obra	397
12.1. Comprometimento das condições elementares de habitabilidade	397
12.2. Infiltração de águas. Responsabilidade do construtor	397
12.3. Vícios que afetam a solidez do edifício, a segurança e a saúde de seus moradores	397
13. Responsabilidade solidária do construtor e do incorporador.....	397
14. Responsabilidade perante os adquirentes de unidades autônomas	398

14.1. Danos advindos de construção. Responsabilidade dos alienantes perante os adquirentes	398
14.2. Responsabilidade do incorporador e construtor perante, também, os adquirentes das unidades	398
15. Responsabilidade do engenheiro civil	398
15.1. Dever de acompanhar a execução da obra	398
15.2. Responsabilidade do engenheiro civil, projetista e fiscal da obra	398
15.3. Engenheiro civil. Dever de examinar os materiais empregados	398

Seção VII

A responsabilidade dos depositários e encarregados da guarda e vigilância de veículos (estacionamentos, supermercados, restaurantes, "shopping centers" etc.)

1. Contrato de depósito, de guarda e análogos	399
2. A responsabilidade dos donos de estacionamentos	399
3. A responsabilidade dos proprietários de postos de combustíveis	403
4. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas	404
5. A responsabilidade dos donos de restaurantes	404
6. A responsabilidade dos proprietários de hotéis	406
7. A responsabilidade das Escolas e Universidades	407
8. A responsabilidade dos donos de supermercados e <i>shopping centers</i>	408
9. A responsabilidade dos condomínios edilícios	415
10. Casos análogos	419
10.1. A responsabilidade dos hospitais	419
10.2. A responsabilidade dos clubes sociais	420
10.3. A responsabilidade dos empregadores	421

Seção VIII

A responsabilidade dos locadores

1. A responsabilidade civil na locação de coisa	422
2. Multa pelo atraso no pagamento de aluguéis e quotas condominiais. Inaplicabilidade do CDC	424
3. Direito de preferência	424
4. Ação movida contra os fiadores	424
5. Locador que entrega imóvel destinado a uso residencial sem condições de habitabilidade	424
6. Multa compensatória. Cobrança através de execução	425
7. Recusa do locador em receber de volta as chaves de imóvel locado	425
8. Multa legal. Inviabilidade da cobrança	425

9. Benfeitorias. Direito de retenção	425
10. Multa. Caráter indenizatório. Incidência a partir da citação.....	425
11. Incêndio. Dano no imóvel.....	425
12. Devolução do imóvel. Falta de pagamento dos tributos	426
13. Danos atribuídos ao locatário	426

Seção IX

Acidente de trabalho e responsabilidade civil

1. A responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho.....	426
2. Morte de empregado, vítima de assalto	431
3. Empregado vítima de acidente de veículo	432
4. Falta de fornecimento de segurança, fiscalização e equipamentos de proteção aos empregados	432
5. Ônus da prova	433
6. Culpa do empregador.....	434
7. Antecipação da tutela.....	435
8. Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	435
9. Enfarte agudo do miocárdio.....	435
10. Competência para julgamento das ações de indenização	435
11. Responsabilidade do empregador nos casos de terceirização do serviço	436
12. <i>Motoboy</i> acidentado quando desempenhava atividade para a empresa. Responsabilidade objetiva desta	438
13. Empregado que se machucou quando praticava atividades esportivas pela empresa	438
14. Danos morais. Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	438
15. Óbito do empregado. Disparos por arma de fogo efetuados por colega de trabalho	439

Seção X

A responsabilidade dos tabeliães

1. Responsabilidade civil dos tabeliães em face da Constituição Federal de 1988	439
2. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva dos tabeliães.....	443

TÍTULO II

Da Culpa

CAPÍTULO I

Conceito

1. Elementos da culpa.....	446
----------------------------	-----

2. Graus de culpa	446
3. Culpa e risco	448

CAPÍTULO II

A Culpa no Cível e no Crime (Efeitos civis da sentença penal)

1. Unidade da jurisdição e interação entre as jurisdições civil e penal.....	451
2. A sentença condenatória proferida no crime	457
2.1. Fundamentos legais	457
2.2. Medidas processuais adequadas	460
2.3. Competência	461
2.4. Legitimidade ativa e passiva.....	462
3. A sentença absolutória proferida no crime	464
3.1. Insuficiência de provas para a condenação.....	464
3.2. Quando o fato não constitui crime.....	465
3.3. Ausência de culpa.....	466
3.4. Inexistência do fato ou exclusão da autoria.....	467
3.5. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito.....	468
3.5.1. Exercício regular de direito	468
3.5.2. Estado de necessidade	469
3.5.3. Legítima defesa	470
4. Despacho de arquivamento do inquérito.....	471
5. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal.....	472
6. Suspensão do curso da ação civil.....	473

TÍTULO III

Da Relação de Causalidade

1. O liame da causalidade	477
2. A pesquisa do nexa causal.....	478
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade	481

TÍTULO IV

Do Dano e sua Liquidação

CAPÍTULO I

Do Dano Indenizável

1. Conceito e requisitos do dano.....	483
2. Espécies de dano.....	486

2.1. Dano material e moral, direto e indireto (reflexo ou em ricochete)	486
2.2. Novos danos: pela perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais.....	487
3. Pessoas obrigadas a reparar o dano	488
4. Pessoas que podem exigir a reparação do dano.....	490
4.1. Titulares da ação de ressarcimento do dano material	490
4.1.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos).....	490
4.1.2. A companheira	493
4.2. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos	494
4.2.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc.	494
4.2.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.).....	496
4.2.3. A pessoa jurídica	499
5. Dano material e dano moral.....	500
5.1. Dano moral	500
5.1.1. Conceito	500
5.1.2. Bens lesados e configuração do dano moral	501
5.1.3. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e imprescritibilidade	502
5.1.4. A prova do dano moral.....	504
5.1.5. Objeções à reparação do dano moral.....	505
5.1.6. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor	506
5.1.7. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988.....	508
5.1.8. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material	511
5.1.9. Natureza jurídica da reparação.....	513
5.1.10. A quantificação do dano moral	515
5.1.10.1. Tarificação e arbitramento	515
5.1.10.2. Critérios para o arbitramento da reparação	516
5.1.11. Valor da causa na ação de reparação de dano moral	524
5.1.12. Sucumbência parcial do autor	526
5.1.13. Antecipação da tutela nas ações de reparação de dano moral.....	527
5.1.14. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral ...	530
6. Casos especiais de dano moral – Doutrina e Jurisprudência	530
6.1. Abordagem de cliente suspeito de furto em estabelecimento comercial....	530
6.2. Acidente do trabalho e responsabilidade civil	532
6.3. Advogados – Responsabilidade civil.....	532

6.4. Adultério e separação judicial	532
6.5. Agências de viagens e turismo	533
6.6. Agressões verbais – Dano moral	534
6.7. Apreensão indevida de veículo – Dano moral	534
6.8. Apuração de falta funcional – Inocorrência de dano moral.....	534
6.9. AIDS e responsabilidade civil	535
6.10. Assédio moral	535
6.11. Assédio sexual e dano moral	536
6.12. Ato de terceiro – Responsabilidade dos pais, tutores, curadores, patrões, educadores, donos de hotéis, pessoas jurídicas de direito público	538
6.13. Bagagem – Extravio em transporte rodoviário e aéreo	538
6.14. Bancos – Responsabilidade civil – Dano moral	538
6.15. Banho de espuma em danceteria	543
6.16. Cadastro de inadimplentes (SPC, SERASA etc.) – Inclusão do nome do devedor	543
6.17. Calúnia, difamação e injúria.....	547
6.18. Carro – Demora no conserto.....	547
6.19. Cheque pré-datado – Apresentação antes da data convencionada.....	548
6.20. Cheque – Não aceitação por estabelecimento comercial	549
6.21. Cigarros – Ação movida por consumidor contra fabricante	550
6.22. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho.....	551
6.23. Condomínio – Responsabilidade civil.....	552
6.24. Cônjuges – Responsabilidade civil.....	552
6.25. Código de Defesa do Consumidor – Responsabilidade civil	552
6.26. Corpo estranho em refrigerantes e alimentos	552
6.27. Culpa contratual e dano moral.....	553
6.28. Cumulação do dano moral com o dano estético	556
6.29. Curso – Duração maior que o anunciado	556
6.30. Dano ambiental – Reparação.....	556
6.31. Dano atômico – Responsabilidade civil	556
6.32. Dano moral coletivo	556
6.33. Dano material	557
6.34. Direito autoral – Violação.....	557
6.35. Direito do trabalho – Dano moral.....	557
6.36. Empreiteiros e construtores – Responsabilidade civil.....	561
6.37. Energia elétrica – Corte indevido – Dano moral	561
6.38. Falência – Responsabilidade do requerente pelo pedido denegado.....	562
6.39. Fato da coisa e do animal – Responsabilidade	562
6.40. Falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos – Dano moral.....	562

6.41. Festa de casamento frustrada.....	566
6.42. Gravidez – Interrupção provocada por acidente.....	566
6.43. Imagem (própria) – Violação do direito.....	567
6.44. Intimidade (direito) – Reparação da ofensa.....	567
6.45. Investigação de paternidade e dano moral.....	567
6.46. Irmãos da vítima – Legitimidade e interesse em pleitear reparação do dano moral.....	568
6.47. Lesão corporal – Indenização.....	568
6.48. Liberdade pessoal – Responsabilidade no caso de ofensa.....	568
6.49. Linha telefônica – Bloqueio.....	568
6.50. Locação da coisa – Responsabilidade civil.....	569
6.51. Médicos, hospitais, cirurgiões plásticos e cirurgiões-dentistas – Responsabilidade.....	569
6.52. Morte de pessoa da família (genitor, descendente, ascendente, cônjuge, companheiro).....	569
6.53. Noiva – Legitimidade para ajuizar ação indenizatória por dano moral.....	569
6.54. Noivado – Rompimento.....	570
6.55. <i>Overbooking</i> em viagem aérea.....	570
6.56. Plano de saúde – Recusa injusta de cobertura – Dano moral.....	571
6.57. Preconceito racial e dano moral.....	572
6.58. Reconvenção, sob a alegação de tratar-se de ação temerária.....	572
6.59. Registro de criança fruto de adultério.....	573
6.60. Registro de trabalhador – Ausência – Dano moral.....	573
6.61. Remoção de restos mortais sem o consentimento da família.....	574
6.62. Revista abusiva em empregado – Dano moral.....	574
6.63. Salário mínimo – Fixação do dano moral a ele vinculada.....	575
6.64. Supermercado – Extravio de bolsa depositada na recepção.....	575
6.65. Tabelações – Responsabilidade civil.....	576
6.66. Telefone residencial – Veiculação para serviços de massagens e outros.....	576
6.67. Televisão – Programas – Dano moral.....	576
6.68. Transporte de pessoas e de coisas, transporte gratuito, extravio de bagagens etc. – Responsabilidade civil.....	577
6.69. Usurpação ou esbulho – Responsabilidade civil.....	577

CAPÍTULO II

Da Liquidação do Dano

Seção I

Princípios gerais

1. O dano moral.....	578
----------------------	-----

2.	O dano material. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante	578
2.1.	Necessidade de demonstração plena da existência dos lucros cessantes, que não se presumem.....	580
2.2.	Vítima que permaneceu durante certo tempo com incapacidade absoluta	580
2.3.	Pedido em valor certo e determinado – Simples estimativa	581
2.4.	Veículo furtado – Apreensão – Despesas úteis ou necessárias realizadas no veículo	581
2.5.	Aeronave fora de uso havia quatro anos – Lucros cessantes indevidos.....	581
2.6.	Lucros cessantes – Excessiva demora do autor em mandar consertar o veículo	581
2.7.	Substituição do ônibus danificado por outro de reserva.....	581
2.8.	Verba relativa a aluguel de carro durante o período de reparação do veículo danificado.....	582
2.9.	Táxi danificado – Lucros cessantes	582
3.	A situação econômica do ofensor e a equidade	582
4.	A influência de outros elementos	584
4.1.	Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária	584
4.2.	Dedução do seguro obrigatório.....	585
5.	Alteração da situação e dos valores	586
5.1.	A correção monetária	586
5.1.1.	Correção monetária – Ato ilícito – Incidência sobre a condenação a partir do laudo	589
5.1.2.	Retenção de quantia em dinheiro – Restituição sem acréscimos – Inadmissibilidade	589
5.1.3.	Correção monetária – Ato ilícito – Fluência a partir do evento danoso, e não apenas do ajuizamento da ação	589
5.1.4.	Acidente de trânsito – Correção monetária – Incidência desde o prejuízo, ou seja, desde o desembolso.....	590
5.1.5.	Correção monetária – Acidente de trânsito – Incidência desde o orçamento	590
5.2.	A garantia do pagamento futuro das prestações mensais	590
5.2.1.	Indenização – Pensão – Inclusão do autor na folha de pagamento da ré.....	592
5.2.2.	Ato ilícito – Prestação de alimentos – Necessidade de constituição de garantia pelo devedor	592
5.2.3.	Indenização – Constituição de capital para assegurar o adimplemento da verba	592
5.3.	Prisão civil do devedor – Natureza da obrigação alimentar	593

5.4. Atualização e revisão das pensões.....	593
5.5. A incidência dos juros – Juros simples e compostos.....	597
5.6. O cálculo da verba honorária.....	598

Seção II

*A liquidação do dano em face do direito positivo,
da doutrina e da jurisprudência*

1. A indenização em caso de homicídio	600
1.1. Morte de filho	602
1.1.1. Pensão – Morte de filho menor que não exercia atividade remunerada	607
1.1.2. Acidente fatal – Indenização requerida pelos pais – Termo final	607
1.1.3. Morte de criança – Sobrevida da vítima como termo final da pensão.....	608
1.1.4. Verba pleiteada pelos pais do <i>de cujus</i> , solteiro e maior.....	609
1.1.5. Filho menor, vítima fatal, desempregado à época do fato – Irrelevância.....	610
1.1.6. Morte de filho menor – Pensão devida desde a data do evento	610
1.1.7. Morte de filho menor que vivia com a mãe divorciada, não prestando qualquer auxílio material ao pai	610
1.2. Morte de chefe de família.....	610
1.2.1. Pensão por morte – Beneficiária que contraiu núpcias – Hipótese em que deixa de ser pensionada.....	614
1.2.2. Pensão devida a filho menor – Direito de acrescer	614
1.2.3. Ato ilícito – Pensão devida a partir do evento e até o momento em que a vítima atingiria a idade de 70 anos	614
1.3. Morte de esposa	614
1.4. Cálculo da indenização.....	616
1.4.1. Indenização – Pensão por morte de chefe de família – Fixação	618
1.4.2. Pensão – Direito à indenização não afastado pelo benefício previdenciário.....	618
1.4.3. Morte da esposa – Dano moral e material.....	618
1.4.4. Vítima trabalhador autônomo – Não inclusão, no cálculo da pensão, do 13º salário.....	619
1.4.5. Pensão – Vítima aposentada	619
1.4.6. Ação de indenização – Jazigo perpétuo	619
1.4.7. Pensão mensal aos pais da vítima – Critério para sua fixação e tempo de duração	619
1.4.8. Pensão – Ação proposta por filha casada	619

1.4.9. Pensão – Casamento da filha da vítima.....	619
2. A indenização em caso de lesão corporal.....	620
2.1. Lesão corporal de natureza leve	620
2.2. Lesão corporal de natureza grave. O dano estético	620
2.3. Inabilitação para o trabalho	624
2.3.1. A indenização devida	624
2.3.1.1. Vítima que não apresenta condições físicas para o exercício de qualquer trabalho.....	627
2.3.1.2. Inexistência de incapacitação para o trabalho em face da intervenção cirúrgica – Verba indevida	627
2.3.1.3. Pensionamento – Incapacidade absoluta.....	628
2.3.1.4. Indenização – Incapacidade parcial e permanente.....	628
2.3.2. A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa	628
2.3.3. A duração da pensão e sua não cumulação com os benefícios previdenciários	629
2.3.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa	630
3. Responsabilidade no caso de ofensa à liberdade pessoal	631
4. Responsabilidade em caso de usurpação ou esbulho.....	633

| Livro III

Os Meios de Defesa ou as Excludentes da Responsabilidade Civil |

1. O estado de necessidade	636
1.1. Motorista – Manobra para evitar abalroamento de outro veículo – Dano a terceiro – Estado de necessidade que não o isenta da obrigação de indenizar.....	638
1.2. Estado de necessidade – Reconhecimento no processo-crime – Fato que não isenta da sua reparação o causador do dano.....	639
1.3. Veículo oficial – Ação regressiva contra preposto, que agiu em estado de necessidade – Desacolhimento	639
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal.....	639
2.1. Ação indenizatória – Ato praticado em legítima defesa putativa – Irrelevância – Verba devida	641
2.2. Responsabilidade civil – Legítima defesa – <i>Aberratio ictus</i>	642
2.3. Ato praticado em legítima defesa real	642
2.4. Alegação de legítima defesa – Suspensão da ação civil	642

2.5. Ato praticado no estrito cumprimento do dever legal.....	642
3. A culpa exclusiva da vítima.....	643
3.1. Indenização – Morte da vítima – “Surfista” – Verba indevida	644
3.2. Vítima embriagada cambaleando em pista de rodovia durante a noite	644
3.3. Morte causada por cerca eletrificada	645
3.4. Culpa concorrente.....	645
3.5. Culpa exclusiva da vítima.....	645
4. O fato de terceiro	646
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro	646
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador	647
4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana	648
4.4. A denúncia da lide e o fato de terceiro.....	650
4.5. Ato de preposto – Arguição de fato de terceiro – Responsabilidade reconhecida – Direito de regresso assegurado contra o terceiro culpado pelo sinistro	652
4.6. Acidente sofrido por passageiro – Causa estranha ao transporte	653
4.7. Terceiro, único culpado pelo acidente de veículos	654
4.8. Engavetamento de veículos – Indenizatória movida contra o primeiro a colidir – Admissibilidade.....	654
4.9. Causador direto do dano que foi mero instrumento da ação de terceiro — Fato equiparado ao caso fortuito	654
4.10. Denúncia da lide – Pretensão do denunciante de afastar sua responsabilidade	655
4.11. Acidente de trânsito – Solidariedade passiva reconhecida	655
4.12. Passageiro atingido por pedrada no interior de trem – Frequência do incidente que exclui a existência de caso fortuito	656
4.13. Tumulto no interior de vagão de trem	656
4.14. Colisão de ônibus – Passageiro que prefere demandar o proprietário do outro veículo – Legitimidade.....	656
5. Caso fortuito e força maior.....	656
5.1. Queda de árvore – Vendaval – Caso fortuito ou força maior.....	660
5.2. Alegação de defeitos mecânicos no veículo – Irrelevância – Indenização devida	661
5.3. Furto de carga transportada – Caso fortuito ou força maior não caracterizados.....	661
5.4. Roubo de veículo de estacionamento	661
5.5. Roubo da carga durante o trajeto do veículo – Força maior.....	662
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar.....	662
6.1. Restaurante – Chaves do veículo entregues a manobrista – <i>Ticket</i> com menção a cláusula de não indenizar – Ineficácia.....	666

6.2. Hotel – Furto em apartamento de hóspede – Ineficácia de aviso afi- xado nos quartos	666
6.3. Turismo – Excursão em grupo – Desvio de malas – Cláusula de não indenizar	667
6.4. Transporte marítimo – Mercadoria extraviada – Cláusula limitativa da indenização	667
7. A prescrição	667
7.1. Prescrição – Responsabilidade civil do Estado – Vítima contaminada pelo vírus HIV	672
7.2. Prescrição – Interrupção – Citação havida em ação idêntica anterior, julgada extinta sem conhecimento do mérito	672
7.3. Prescrição – Prazo que somente começaria a fluir após a consolidação das lesões e estabelecida a incapacidade definitiva	673
7.4. Acidente aeronáutico – Decadência – Prazo de dois anos	673
7.5. Responsabilidade civil <i>ex delicto</i> – Prescrição – Fluência a partir da data do trânsito em julgado da decisão condenatória no juízo crimi- nal	673
7.6. Ressarcimento ao erário público – Imprescritibilidade	673
7.7. Indenização por morte – Fluência do prazo prescricional a contar do óbi- to e não do acidente que o causou	673
7.8. Erro médico – Hospital público – Prescrição quinquenal	674

| Livro IV

Responsabilidade Civil Automobilística |

TÍTULO I

Introdução

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística.....	675
2. Da culpa ao risco	676
3. O Código de Trânsito Brasileiro	679

TÍTULO II

Aspectos da Responsabilidade Civil Automobilística (em ordem alfabética)

1. Abalroamento	682
2. Ação de reparação de danos	682
2.1. A propositura da ação	682

2.2. Apuração dos danos em execução de sentença.....	682
2.3. Coisa julgada	683
2.4. Foro competente	684
2.5. O procedimento sumário	685
2.6. O procedimento sumário e a intervenção de terceiros.....	687
3. Alienação de veículo.....	688
4. Alienação fiduciária.....	688
5. Ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros e viaturas policiais – Prioridade de passagem	689
6. Animal na pista.....	691
7. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	691
8. Atropelamento	691
9. Autoescolas e a responsabilidade pelos danos.....	694
10. Auxílio previdenciário	695
11. Benefício previdenciário.....	695
12. Boletim de ocorrência.....	696
13. Caso fortuito e força maior	698
14. Certificado de propriedade.....	698
15. Cessão gratuita de veículo	699
16. Colisão	699
16.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente	699
16.2. Colisão com veículo estacionado regularmente	700
16.3. Colisão em cruzamento não sinalizado	701
16.4. Colisão em cruzamento sinalizado	703
16.5. Colisão e preferência de fato	706
16.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo	708
16.7. Colisão múltipla (engavetamento).....	709
16.8. Colisão na traseira	711
17. Comodato.....	714
18. Competência	714
19. Compra e venda com reserva de domínio.....	715
20. Compra e venda mediante contrato de alienação fiduciária	715
21. Concubina.....	715
22. Condenação criminal	715
23. Contramão de direção	715
24. Conversão à esquerda e à direita.....	718
25. Correção monetária.....	721
26. Cruzamento.....	721

27. Culpa.....	721
27.1. Culpa contra a legalidade	721
27.2. Culpa presumida do causador do dano (presunção em favor da vítima)	723
28. Cumulação de benefícios	726
29. Dano.....	726
29.1. Apuração em execução de sentença	726
29.2. Comprovação do dano	726
29.3. Dano estético	731
29.4. Dano físico ou pessoal.....	731
29.5. Dano patrimonial e dano moral	731
30. Defeito mecânico	731
31. Defeito na pista	731
32. Denúnciação da lide.....	734
33. DER (Departamento de Estradas de Rodagem).....	735
33.1. Responsabilidade por acidente ocasionado na estrada por animais	735
33.2. Responsabilidade por acidentes decorrentes de defeitos na pista e de falta ou deficiência de sinalização	737
34. Derrapagem.....	738
35. Dersa	740
36. Despesas com funeral e sepultura.....	740
37. Desvalorização do veículo	741
38. Direito de acrescer	741
39. Direito de preferência	742
40. Dívida de valor.....	742
41. Dono do veículo.....	742
42. Eixo médio.....	743
43. Embriaguez	743
44. Engavetamento.....	746
45. Estacionamento irregular	746
46. Estacionamento regular.....	746
47. Estado de necessidade.....	746
48. Faixa de pedestres	746
49. Falha mecânica	748
50. Falta de habilitação legal	748
51. Força maior.....	749
52. Freios (defeito).....	749
53. Frenagem repentina	749
54. Guarda da coisa.....	749
55. Guincho.....	749

56. Honorários advocatícios	750
57. Ilegitimidade (e legitimidade) ativa <i>ad causam</i>	750
58. Ilegitimidade (e legitimidade) passiva <i>ad causam</i>	751
59. Imperícia	755
60. Imprudência	756
61. Indenização	758
62. Juros	758
63. <i>Leasing</i>	758
64. Legitimidade <i>ad causam</i> ativa e passiva	758
65. Lucros cessantes	758
66. Mal súbito	758
67. Marcha a ré	758
68. Menor	760
69. Motocicleta	760
70. Neblina	762
71. Obras na via pública	762
72. Obstáculo na via pública	762
73. Oficina mecânica	763
74. Ofuscamento	763
75. Ondulações transversais em vias públicas (“tartarugas”)	764
76. Ônus da prova	765
77. Orçamento	768
78. Partida de veículo estacionado junto à calçada	768
79. Pensão	768
80. Placa “PARE”	768
81. Pneu	768
82. Porta	768
83. Preferência de fato	769
84. Preferência de passagem	769
85. Prescrição	769
86. Propriedade do veículo	769
87. Prova	773
87.1. Considerações gerais	773
87.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial)	775
88. Quitação	778
89. Registro da venda do veículo no Cartório de Títulos e Documentos	780
90. Responsabilidade civil	780
91. Seguro facultativo de veículos	780
92. Seguro obrigatório	783

93. Semáforo com defeito.....	788
94. Sinal (semáforo) amarelo e vermelho.....	789
95. Sinalização (inexistência).....	789
96. Solidariedade.....	790
97. Sucata.....	790
98. Testemunha.....	790
99. Tradição.....	790
100. Transcrição (no Cartório de Títulos e Documentos) da venda do veículo.....	790
101. Transporte de passageiros.....	790
102. Transporte gratuito.....	791
103. Trator.....	791
104. Ultrapassagem.....	792
105. Velocidade excessiva.....	794
106. Venda de veículo.....	794
107. Verba honorária.....	794
108. Via preferencial.....	794
109. Vítima.....	794
<i>Bibliografia</i>	795